

## **Protocolo de Entrevista - Presidente da Assembleia da Escola «O Ceptro» (EE4)**

**Entrevistado:** Professor -Presidente da Assembleia da Escola

**Entrevistador:** José Hipólito

**Data/Hora:** 7 de Julho de 2008, 15h00

**Entrevistador:** Para começar.. este processo de contratualização de elaboração do contrato. ... Como é que a escola interpretou o convite para a avaliação externa? E como é que se processou a candidatura?

**Entrevistado:** Portanto isto acontece no início de 2006. Logo em Janeiro a presidente da comissão provisória tinha caído o conselho executivo. O conselho executivo que estava eleito para 3 anos. Caiu ao fim de dois, por demissão de alguns elementos sem a possibilidade de substituição. A presidente da comissão provisória veio ter comigo, era o presidente da assembleia e ainda sou, e nessa altura referindo que o ministério tinha saído com uma a ideia de fazer um piloto. Um piloto de avaliação externa relativamente às escolas que quisessem avançar com algum processo de autonomia. Eu tinha sido o presidente do conselho executivo anterior a esse que saiu ao fim de dois anos e, já nessa altura, antes ainda, de sair a legislação que previa a avaliação interna das escolas nós estávamos a fazê-lo. Nós tínhamos uma pessoa da escola de reconhecida competência, que fazia a avaliação interna da escola em diversas vertentes: a nível das estruturas de funcionamento, a nível dos resultados escolares portanto já tínhamos alguma base de trabalho. Com essa base de trabalho, desses anos, nós demos corda, digamos assim, à comissão provisória no sentido de procedermos à candidatura, portanto o que acontece foi de facto uma convergência institucional entre o conselho executivo e a assembleia no sentido de entender que uma avaliação externa da escola poderia ser muito benéfica no desenvolvimento do nosso projecto educativo, e como tínhamos essa experiencia de avaliação interna e era uma das condicionantes, nós avançámos. Avançamos e a acabámos por ser, uma das escolas escolhidas.

**Entrevistador:** Quais foram as estruturas que colaboram na formalização da candidatura?

**Entrevistado:** Fundamentalmente a indicação primeira da comissão provisória, neste caso, do conselho executivo e assembleia. Quer eu quer a vice - presidente apresentamos na Assembleia de Março, portanto final do 2º período a possibilidade de isto andar. Embora nunca nada de uma forma muito aberta porque sabíamos que havia muitas escolas a candidatar-se e não valia a pena fazer algum alarido relativamente à nossa candidatura considerando que podia ser uma das escolas excluídas. Só perto do final do segundo período, estamos a falar lá para Abril, Maio ... Maio de 2006 é que tomando conhecimento que éramos uma das escolas que efectivamente tinha sido escolhida que envolvemos o resto das estruturas nomeadamente o conselho pedagógico no sentido de perceberem, quais eram os desafios que estavam por diante. Portanto a partir daí, o conselho pedagógico foi envolvido connosco, juntamente com as duas estruturas.

**Entrevistador:** Em relação já à visita dos avaliadores? Como foi organizada a visita que contactos é que o grupo de trabalho?

**Entrevistado:** Nós fomos logo convocados para uma reunião em Aveiro no final desse ano 2006, estamos a falar do final do ano lectivo, por volta de Abril, Maio 2006. Mal soubemos que tínhamos sido aceites logo nos explicaram como iriam funcionar os diversos painéis relativamente às escolhas que iríamos fazer, como iria funcionar ao nível do tempo. Seriam dois dias que iriam passar nas escolas em que iriam fazer entrevistas de painéis mais ou menos homogéneos e mais ou menos heterogéneos, iriam fazer com os diversos órgãos, assembleia, conselho pedagógico, conselho executivo. Com *corpus* específicos: alunos, funcionários... e portanto pediam -nos para organizarmos a escola de forma a que os painéis fossem o mais verdadeiramente possíveis, o menos trabalhados possível. Portanto sem uma preparação prévia, muito profunda relativamente aos objectivos. De modo a que fossem significativos e portanto representativos do universo da escola. Foi isso que fizemos na altura, aliás muito mais o conselho provisório, a comissão provisória do que a assembleia mas na perspectiva também de darmos o máximo de veracidade possível sem ensaios, sem de situações mais ou menos pré concebidas relativamente à aquilo que iríamos dizer. Portanto foram dois dias que eles passaram cá na altura, ainda com o conselho provisório. Que, é importante que se refira isto, se candidatou a eleições. Porque eles estiveram portanto um ano como provisórios, depois candidataram a eleições já com o processo de avaliação externa previsto, ainda foram eles que fizeram a avaliação externa já nessa altura, mas perderam as eleições logo a seguir de modo que logo a seguir entra outro conselho executivo que este que está agora em funcionamento. Portanto houve aqui, a meio do percurso um desvio, digamos assim.

**Entrevistador:** Que documentos é que foram fornecidos ao grupo de trabalho ou foram solicitados, da parte da escola.

**Entrevistado:** Portanto nós na altura quando fizemos a candidatura apresentamos tudo o que era documentos de auto-avaliação, nomeadamente os documentos da autonomia da escola, o regulamento interno, o projecto educativo, o plano anual de actividades. Tudo isso foi presente na altura. Eles analisaram pediram mais algumas indicações relativamente a aspectos dúbios que tinham desses documentos que tinham mas fundamentalmente aqueles que se basearam foram aqueles que já tinham sido elaborados anteriormente. Centraram-se muito no projecto educativo, no projecto curricular da escola, e nos documentos autoavaliação que nós tínhamos apresentado.

**Entrevistador:** Quem esteve a apresentar a escola foi portanto a assembleia?

**Entrevistado:** Exactamente eu e a vice presidente da assembleia, e a presidente da comissão instaladora. Fomos nós os três que fomos a Aveiro para o lançamento do piloto. Em que tivemos a entrevista com as outras escolas todas. Os professores que estávamos à frente do processo fomos nós três.

**Entrevistador:** E do grupo de avaliação interna?

**Entrevistado:** O grupo de avaliação interna funcionava, digamos, muito adstrito à assembleia de escola portanto eu próprio pertencia ao grupo de avaliação interna que depois foi alargado, no ano seguinte, com mais membros, nomeadamente representante do conselho pedagógico para poderemos diversificar um pouco mais também os campo de intervenção.

**Entrevistador:** Como foi depois recebido depois o relatório do grupo de trabalho?

**Entrevistado:** Que pergunta! Pois...

**Entrevistador:** Em relação aos pontos fortes e fracos.

**Entrevistado:** Um objectivo e aqui há que fazer algum historial breve. O objectivo quer da assembleia, quer da presidente comissão provisória ia no sentido de verificar que a escola necessitava de um abanão. Um abanão relativamente, à prestação de serviço, que não podia ser dado por pessoas institucionalmente ligadas, que é como quem diz: - é por vezes difícil de trabalhar de dentro para dentro. É normal que quem está fora ou vem de fora e faz uma avaliação tem um estatuto diferente daquele que está de dentro. Repetidamente a assembleia chamou à atenção para determinados aspectos que a escola estava a seguir que não iam de encontro aos seus objectivos do cumprimento do serviço publico de educação. As avaliações internas poderiam ser vistas de duas maneiras ou numa perspectiva que foi adoptada durante um certo tempo período do conselho executivo que acabou por cair. De apresentar números como bons porque eram absurdos. Sei lá por exemplo: 70%, ou 75% dos alunos do 7º ano passavam isto era um bom sinal. Mas quando o grupo de autoavaliação da escola comparava esses dados a nível nacional ou com as outras escolas com o IDS semelhante chegava-se à conclusão que aqueles números eram maus porque o normal seriam 19, 20% de reprovações. Nós andávamos por volta dos 28%, 30%, e as pessoas não gostavam disto. Portanto eram números que feriam ao contrário daquilo que as pessoas pensavam que a escola estava a cumprir. Quando nós tivemos esta oportunidade de uma avaliação externa pensamos precisamente nisso: agora vem alguém de fora dizer ou não aquilo que nós estivemos a dizer. É claro que como não houve preparação anterior, como referi anteriormente, como não houve nada combinado relativamente a respostas a dar a indicações superiores, neste caso, a nível hierárquico, conselho executivo, comissão provisória que pudessem de ter em conta as pessoas estiveram absolutamente à vontade para referir aquilo que entendessem. O resultado final, é que a avaliação não foi aquilo que as pessoas achavam que poderia ser ou que estavam convencidas de que a escola é, e portanto, nos diversos parâmetro obtivemos um bom e 4 ou cinco suficientes. Não houve nenhum insuficiente, felizmente. Eu acho que eram quatro ou cinco parâmetros. Foi um bom, nas perspectivas de autoavaliação e autocontrolo, de resto foi suficiente inclusive de nível de direcção, de liderança do conselho executivo. E precisamente porque se reparou que não havia uma sintonia entre as perspectivas da escola e a da comissão. O que se veio a confirmar no resultado das eleições. De modo que, por muito que a assembleia se tenha debatido à posteriori, estamos a falar já em 2006/ 2007, numa discussão aprofundada e alargada com a possibilidade de se retirarem já boas pistas para melhoria futura. A escola olhou sempre com alguma relutância as avaliações que foram feitas. Estava convencida que era muito melhor. O que é com acontece com os alunos. Têm uma auto - estima muito alta e depois aparecem-lhes resultados que eles não estão à espera. Daí ter-se

perdido, na minha perspectiva, uma oportunidade de se ter uma discussão mais aprofundada. Por volta de Novembro de 2006, a acabar o ano civil, fizemos um seminário, nós assembleia, no sentido de debatermos os resultados da avaliação externa. Onde nem todos os membros do conselho pedagógico estiveram. Para dizer que numa escola com 170 professores se estiveram lá 30 foi muita gente, o que foi pena. E logo os cinco membros ..... E porquê? Houve alguma desvalorização do trabalho efectuado pela comissão de avaliação externa, que foi muito criticada em diversos aspectos: pela superficialidade, pelo pouco tempo que cá estive, foram criticas pelos painéis. Foi tudo posto em causa porque os resultados da avaliação não eram aqueles esperados. E ainda não se sabia que os resultados da avaliação externa poderia ter repercussões na avaliação dos professores como agora se veio a verificar. Porque nesta altura já é voz corrente na escola que deveríamos pedir uma outra avaliação externa considerando que ela tem repercussões na avaliação dos professores. Eu acho e digo isso que posso estar à vontade. Não é segredo nenhum. Eu penso que nesta altura qualquer a avaliação externa não iria modificar o sentido da avaliação externa anterior. Mas é a minha forma de analisar o acaso. De qualquer jeito, para lhe dizer, que tem sido bastante difícil trazer as pessoas para a análise, digamos, o mais objectivo possível daqueles resultados ver o que lá está escrito e são coisas bastante importante relativamente a pontos fracos, para tentarmos melhora-los.

**Entrevistador:** Portanto estava avaliação externa veio no mesmo sentido que a autoavaliação da escola.

**Entrevistado:** Sim, veio fazendo uma análise mais lata, relativamente a aspectos que nos passavam um pouco à parte. Nós íamos muito ao encontro a aspectos relacionados com a avaliação dos alunos com o sucesso da escola e portanto estes painéis todos deram a comissão piloto a possibilidade de terem uma visão mais global da escola que eventualmente nós nem tínhamos nomeadamente no que se refere ao funcionamento de algumas estruturas. Por exemplo o conselho pedagógico e que é muito nítido, não sei se leio, que é muito nítido naquilo que vem lá escrito. É claro que isto pode, eventualmente, em alguns casos chocar as pessoas e as respostas serem aquelas que elas não estavam à espera.

**Entrevistador:** De qualquer forma a escola elaborou um documento contraditório.

**Entrevistado:** Sim. contraditório em aspectos que nós vimos não tínhamos como não estavam completamente de acordo com aquilo que tínhamos como realidade da escola. Mas digamos, eram pormenores consideram a globalidade. Coisas consideradas com, por exemplo, nós não tínhamos ainda CEFs e lá vinha escrito que nós tínhamos, algumas imprecisões a este nível não truncavam nada, foi só para corrigir, digamos.

**Entrevistador:** Então diga-me de uma forma geral como é que é vista tarefa deste grupo de trabalho não só para esta escola também para as outras escolas onde ele esteve à actuar.

**Entrevistado:** No caso da nossa escola, eu penso que eles tiveram uma actuação exemplar, uma actuação exemplar, pelas conversas que tive com as pessoas que estiveram nos diversos painéis eu próprio estive incluído num deles, pela a argúcia que eu vi, nomeadamente entre uma ou duas individualidades que pertenciam a essa comissão piloto, pela forma como

tentavam cruzar informação dos diversos painéis, para ver contradições. Deu-me a sensação que foi um trabalho muito profissional, muito bem feito e que estava muito bem feito e bem estruturado ao nível daquilo que eles estavam à espera não houve hiatos, não houve falhas. Não houve sequer hipóteses de algumas conversas paralelas, não houve se quer hipótese de um almoço em comum, está a ver. Portanto eles estiveram sempre muito independentes, muito à parte. Não comeram cá na escola não mantiveram diálogos paralelos. Estiveram e bem na minha perspectiva fechados no seu grupo de trabalho com a conversas diversas entre eles, de definição de critérios, de definição pontos de entendimento. Mas sempre bastante objectivos e bastante perspicazes relativamente aquilo que se passava aqui dentro da escola de tal forma penso que a grande maioria das pessoas apesar de contra vontade se reviu naquilo que foi expandido.

**Entrevistador:** E as implicações para a escolas?

**Entrevistado:** As implicações para a escola? Até à assinatura do contrato de autonomia foram nulas. As pessoas simplesmente passaram por aquilo, como vinha vindimada e deve referir que inclusive o próprio o conselho executivo nunca assumiu muito como sua esta avaliação externa até porque não era o conselho que lá estava na altura. Sentiu sempre isto como algo que é mais para o lado daqueles gajos da assembleia e da comissão provisória anterior e com o qual eles lutaram para as eleições. Portanto, nunca houve uma empatia grande, uma vontade grande de aceitar o documento. O documento de avaliação externa como algo deles.

**Entrevistador:** E então quando chegamos ao ponto de propor o documento para o contrato qual foi então agora.

**Entrevistado:** Aí o processo foi um bocadinho complicado..

**Entrevistador:** O ministério deu uma minuta? Deu uma minuta para?

**Entrevistado:** É assim, nós na altura estávamos, já estamos a falar do início de 2007 de Janeiro, Fevereiro de 2007, quando há com o primeiro contacto com a Direcção Regional do Norte que era, na altura, quem estava na altura a tomar conta do processo. Nessa altura eles disseram-nos que íamos fazer o contrato de autonomia, para fazemos a assinatura disso para começarmos a pensar no contrato de autonomia. O conselho executivo tinha o conselho pedagógico a trabalhar nisso. Havia inclusive, alguns professores no conselho pedagógico, com experiencia em trabalho projecto. Que era o orientador de estágio, de biologia e das ciências naturais e que se pôs à frente do processo. Tentou organizar um documento evolutivo que fosse ao encontro daquilo que nós queríamos que fosse o contrato de autonomia, mas tudo muito no ar. A falta de hábito, não é? O contrato de autonomia não é algo que se assine assim. Não havia experiência anterior. Não é como lá em cima a escola da ponte que é uma coisa demasiado e especifica par anos podermos se quer especifica para nós podermos copiar. O tempo foi passando quando chegamos a Maio, onde fomos pela primeira vez chamados pela direcção regional do norte para vermos como é que o processo poderia andar. E nessa altura mandaram-nos também uma minuta daquilo que poderia ser o contrato de autonomia. Entretanto também a assembleia entretanto também tinha elaborado qualquer coisa nesse sentido. Mas quando chagamos à DREN aquilo já estava tudo ultrapassado, haviam

documentos que tinham sido mandados para a escola que a escola não tinha recebido, os mail parece que não estavam a funcionar bem. O que me parece muito estranho como é que os mail das pessoas, individualmente funcionam tão bem e os institucionais funcionam tão mal. De modo que foi quase um dia perdido. Saímos daqui um dia manhã de comboio, fomos ao Porto, voltamos à noite. E pouco ou nada adiantámos relativamente ao contrato de autonomia.

**Entrevistador:** Quantas reuniões é que houve então relativamente ao contrato de autonomia? Lá em cima? Três reuniões?

**Entrevistado:** Eu só fui só essa reunião na DREN, porque entretanto aquilo logo no mês seguinte passa da DREN para a DREL. Portanto em Junho, os contratos são depois assinados em Setembro. Em Junho já somos chamados pela direcção regional de educação de Lisboa, com o objectivo de fazer a ultimização dos contratos mas já com a DREL fazer a gestão das escolas aqui da zona

**Entrevistador:** A nível do director regional ou de algum grupo de trabalho para o efeito.

**Entrevistado:** A nível da Dr<sup>a</sup> Júlia Araújo. Não era bem, embora nós tivéssemos reuniões com o senhor director regional tivemos uma reunião com ele.

**Entrevistador:** Com as outras escolas.

**Entrevistado:** Sim, umas vinte daqui de Lisboa não umas oito ou nove da outra banda e daqui desta zona. Aliás, nessa altura fizemos várias reuniões. Mas nessa altura, nós propriamente fizemos a reunião com a doutora Júlia Araújo no sentido de vermos os parâmetros em que aquilo se poderia desenvolver o contrato de autonomia.

**Entrevistador:** A nível colectivo ou a escola sozinha?

**Entrevistado:** Primeiro em colectivo e depois com cada escola. Nós quando fomos lá só a nossa escola foi mesmo no sentido de ver algumas coisas que nós tínhamos pedido no contrato de autonomia, mesmo já com a formalização feita segundo a estrutura que nos enviaram mas com pontos que eles não poderiam aceitar por diversas razões.

**Entrevistador:** Já agora que pontos? A nível dos objectivos?

**Entrevistado:** Eram fundamentalmente a nível das competências. Fundamentalmente a nível das competências, digamos que havia determinados aspectos que nós estávamos convencidos que nós estavam convencidos que poderiam. Por exemplo, estou a lembrar-me: nós poderíamos organizarmos de forma completamente autónoma na gestão da integração de alunos estrangeiros e do português da língua não materna sem estarmos sujeitos às indicações superiores: porque tínhamos uma experiência disso, porque tínhamos um bom gabinete de professores a funcionar com alunos de todas as origens, da china à Bulgária, Moldávia à Rússia e portanto nós com esse *know how* poderíamos resolver os nossos problemas se pudéssemos estruturar, nomeadamente a nível do ensino básico o currículo dos alunos. E foi uma coisa que nos foi na altura proibida, porque saíram as indicações no que nos diz respeito à língua

não materna. Fundamentalmente tudo o que nós foi pedido e que pudesses perspectivar aumento de despesa foi logo cortado. Vocês são muito autónomos mas não nos aumentem a despesa. Para aumentar a despesa estamos nós cá com o plano da matemática, da leitura e não sei o quê. Tudo o que quiserem mas que não vá aumentar o orçamento do estado a nível de gastos com professores, pessoal docente tudo bem. Se nos deslumbramos há ali uma hipóteses de derrapagem orçamental ai pá trava. Nós tínhamos previsto, por exemplo, fazer contratos com professores coisas que à partida são básicas para qualquer autonomia. Eu não estou a ver qualquer escola particular com autonomia. Eu já trabalhei em escolas particulares a ter problemas em contratar professores que não topam, e dizem adeus até depois. Porque houve qualquer problema, não provou.. vem outro substituiu. Esta questão da avaliação interna da escola da auto avaliação que nós temos feito desde 2000 praticamente, tem sido para nós, um *leitmotive* de todo o desenvolvimento da escola. Ou há avaliação e a coisa é a sério, nós conseguimos ver onde vamos e conseguimos definir bem objectivos ou não havendo avaliação só conseguimos chegar porque não sabemos que era ali que queríamos chegar portanto esta era nós uma coisa fundamental. Nós poderíamos ter uma bolsa de professores que pudéssemos gerir, para atingir mais facilmente os objectivos. Nós sabemos que há disciplinas com mais dificuldades do que outras tem mais insucesso e sabíamos, porque tem só tido aqui núcleos de estágio de professores bons, excelentes. Bons estagiários que temos tido por aqui a passar e que poderiam ser uma mais valias para a escola. Era um dos nossos objectivos, que imediatamente nos foi suspenso por questões de concursos de professores, por questões sindicais que iríamos ser confrontados. E portanto foi posta de lado, e portanto houve uma série de pressupostos que nós tínhamos previsto e que nós tínhamos no contrato de autonomia e que foram linearmente recusados. O processo foi um pouco complicado, não sei se vale a pena estarmos aqui com essa questão também foi logo ali outra vez com os mails, o que veio e não veio.. Nós chegamos a Setembro para ir assinar o contrato de autonomia, e a assembleia aprova um contrato de autonomia que no dia seguinte quando eu e a presidente do conselho executivo fomos assiná-lo não era o mesmo. Porque o contrato de autonomia tinha sido revisto, não só nos objectivos a nível do sucesso, mas também nos outros pontos que acabei de referir: bolsa de professores, alunos e estrangeiros, dos serviços de psicologia e orientação e era um dos outros aspectos que tínhamos lá muito bem focalizada. E não estavam consignados no documento. Bem nós nem vimos, assinámos aquilo, foi uma cerimonia de ponta e circunstancia ali ... Quando nos deram a fotocópia do documento é que vimos que não era aquilo. O embrulho só se resolveu agora na última reunião de assembleia em Março, veja o tempo que isto demorou até sabermos o que tinha acontecido. Efectivamente os ministério mandou os documentos par cá foram os serviços administrativos que de alguma forma não deram a conhecer à assembleia em tempo útil para podermos ver a versão final. A versão final só foi aprovada pela assembleia em Março. Esta a ver? O que tabém não ajudou a organização da escola no sentido de ir ao encontro dos objectivos nomeadamente dos quantitativos que tínhamos propostos.

**Entrevistador:** A nível dos objectivos, gerais e operacionais qual foi o contributo da escola e da parte da direcção regional a escola colocou lá os objectivos?

**Entrevistado:** Os objectivos que tínhamos a nível operacional eram objectivos muito curtos, muito baixos e nós sabíamos. Não é fácil dizermos vamos baixar um % ou dois % a nível do

insucesso são situações complicadas a esse nível, agora quando na altura que fizemos o ultima contacto com a direcção regional foi-nos dito, atenção isto é demasiado baixo, é pouco. Senão se importam vamos pôr isto aqui num outro patamar. Patamar esse que tinha sido aquilo o que a assembleia tinha decidido no ano anterior como objectivos prioritários para o ano. Digamos que nós, assembleia já tínhamos tido a ambição maior e já tínhamos lançado também com pouco repercussão a nível da escola, com nula repercussão a nível da escola, o repto relativamente à baixa do insucesso com dados e com medidas para que isso fosse possível, por exemplo vamos fazer outro tipo de controle de faltas, vamos fazer outro tipo de contactos com encarregados de educação, vamos aproveitar o plano da matemática, vamos aproveitar o plano de leitura e dar-lhe outra dimensão para a nossa e com estes três ou quatro itens vamos poder baixar, naqueles dados que tínhamos na altura, os 3 ou 4 % no insucesso da escola. Não sou conseguido acabamos o ano com os números mais ou menos do ano anterior,

**Entrevistador:** E a nível dos compromissos do ministério quem é que os formulou ?Foi o próprio ministério, Direcção regional ou foi a escola?

**Entrevistado:** Nós também impusemos, nós também impusemos, um que consideramos importante e que vamos velo consignado dentro de mais um ano e que e que tem a haver com as infra estruturas da escola. Esta é uma escola antiga é uma escola industrial, antes do 25 de Abril, uma escola que era de formação feminina. Só feminina até 75 com o que implica a nível de infra - estrutura a nível de casas de banho, por exemplo. As casas de banho de rapazes são praticamente provisórias há 30 anos. Outras situações a nível dos laboratórios a nível das infra estruturas diversas espaços de educação física e nós. Portanto, umas das reivindicações que nós pusemos logo na altura foi entrarmos no planeamento da Parque Escolar, empresa que está nesta altura a fazer obras nas escolas. Penso que vamos ser contemplados a partir de 2008/ 2009. Depois mais algumas das indicações que foram podidas relativamente ao ministério e que foram mais ou menos aceites que tiveram haver com a colocação da psicóloga da escola. Para que os serviços de psicologia e orientação poderem funcionar condignamente. A nível de contrapartidas do ministério pouco mais há. Acaba por ser a grande conquista vão ser as obras que vão arrancar e que às vezes também têm importância ao nível da mudança de atitude das pessoas. Eu recordo-me que aqui, quando eu era presidente do conselho executivo 2001/2002 nós fizemos umas obras grandes no refeitório, nos balneários lá em baixo de educação física e em todo o sector das cozinhas. A cozinha ficou, devido às normas da ASAE e, já na altura, havia as normas da CEE, com umas condições que não tinha na altura. Ficou com modificações a nível da cozinha que não tinha na altura. Isso foi o suficiente para que os próprios alunos olhassem para aquelas instalações com outro olhar. E como as coisas começam a não aparecer riscadas nestas zonas. Se não aparecem riscadas ao fim de um mês dois meses nunca mais aparecem riscadas nem sujas e estragadas. Isto é muito importante. Quando está sujo há tendência a sujar um pouco mais.

**Entrevistador:** E em relação às obrigações da escola foi a escola que apresentou, ou foi a DREL e ministério que...?

**Entrevistado:** Pois, houve algum entendimento a nesse nível, como lhe digo. Nas partes quantitativas, nas partes quantitativas houve intervenção do ministério que nos obrigou a os nossos alunos. No que diz respeito ao auto regulação ai fomos nós mesmo. Ai nós entendemos que deveríamos de dar o exemplo e dar exigência relativo à apresentação de contas quer no que diz respeito aos departamentos, quer das diversas estruturas. Tudo os grupos que estão a funcionar com projectos, os clubes tudo isso, deve apresentar, aliás já está no regulamento interno, anualmente o seu relatório de actividades a sua auto avaliação, uma prestação de contas à escola. Objectivamente pensamos que podemos ir muito mais longe, há ideias para ir muito mais longe. Mas também é preciso ver quando as coisas estão maduras para se poder avançar começar. Digamos que o interesse nesta altura é que as pessoas se responsabilizem por aquilo que fazem. Se existe um plano anual de actividades, em termos práticos se foram feitas melhor ainda se não porque não foram feitas? Há sempre explicações e No fundo essa auto regulação que já vem de trás, foi digamos, reforçada com esta tomada de posição

**Entrevistador:** E em relação às competências na escola e como se processou a negociação forma atendidas todas aquelas que a escola apontou.

**Entrevistado:** Sim, digamos que a nível das competências da escola e da autonomia da escola, eu penso que ainda há muita coisa anterior aos contratos de autonomia e que as escolas têm autonomia para fazer e que nem sempre as fazem, e que nem sempre as fazem. E portanto e digamos que não é não foi uma situação muito aprofundada relativamente a mais competências relativamente às que agora já são permitidas às escolas. A nível da equiparação de alunos estrangeiros com alunos nacionais, na atribuição das equiparações das equivalências dos diversos para os alunos serem colocados num determinado ano na escola. Nós temos ensino recorrente isso é uma coisa muito presente na nossa escola. A nível do ensino nocturno em que estamos sempre a dar equivalências, nós já temos muita autonomia a nível dos processos das novas oportunidades, dos EFAs dos CEFAs tudo isso da formação de adultos. Portanto a nível curricular nós temos muita autonomia para fazer muita coisa. Outro tipo de competências não foram sentidas pela escola pelo menos para já, ou pelo menos em comparação com outros contratos de autonomia que víssemos devessem ser exigidos e nós também focalizamos muito relativamente à escolaridade obrigatória, relativamente à erradicação do abandono, às melhorias do sucesso escolar fundamentalmente com contrapartida o ministério dá-nos essa possibilidade de entrarmos no esquemas das obras, e de podermos, agora... bem as escola também já tem algum poder relativamente aos contratos dos professores. É também não estando no contrato de autonomia uma autonomia que as escolas têm., a escola tem um contrato para autonomia para 3 anos se a escola lhe quiser renovar o contrato.

**Entrevistador:** O papel da avaliação externa na negociação do contrato, foi muito presente pelas estruturas do ministério era referido era apresentado para negociar os pontos?

**Entrevistado:** Foi sempre apresentado na perspectiva de nós podermos, digamos, corrigir os documentos internos, os documentos da autonomia. De facto o próprio, a avaliação externa da forma como é feita aponta, como eles dizem, aponta para um projecto curricular: “incipiente”, um projecto educativo pouco “estruturados” não tem sido fácil a escola. Aliás não

está a ser fácil nesta altura, a escola elaborar um projecto educativo que seja um instrumento de trabalho que seja um instrumento de trabalho operacional. Há sempre alguma tentativa muito teoria e muito elaborada de organizar documentos que acabam por ser quase inócuos tão aplicáveis nestra estrutura como em outra qualquer. Pela amplitude que se lhe quer dar, pelos grandes objectivos que se lhe quer por, pela falta de pontaria relativamente às metas e pela pouca contextualização. E nesta altura nós debatemo-nos com esta questão, o nosso projecto educativo foi digamos que apresentado à escola entre este ano lectivo. Isto é, entre este ao ano passado, está a fazer agora um ano. Quando as coisas são muito abertas e não estão suficientemente objectivadas, quando a pessoa quer fazer a avaliação do documento começa a nadar à volta e dificilmente consegue ver. Não há critérios de sucesso, não há indicações que vão facilitar uma avaliação do documento. Eu penso que o projecto educativo de escola deve ser grande parte dele do conselho executivo que vai entrar em funções. Digamos, que não é um programa do governo, mas pouco menos será do que isso ele efectivamente ele tão ou melhor tão bem executado quanto o conselho executivo o sentir como seu. E lutar para a sua consecução. Por outro lado não há na nossa escola, não tem havido até agora uma cultura de participação, os documentos vão aparecendo mais ou menos elaborados por um grupo de trabalho *àdoque masi ou menos organizado com* esse objectivo e depois aparece o documento como qualquer coisa externa. Como qualquer coisa exterior, o próprio regulamento interno. Nós agora vamos fazer a aprovação do regulamento interno para a semana. Devido as alterações feitas no novo estatuto do aluno, quer dizer o que veio dos alunos que contribui para o regulamento interno é mínimo, um ou outro conselho de turma comum director de turma mais atento e que debateu a questão. Nem sempre a formação cívica serve para isso e é pena. E é precisamente por essa falta de participação, falta de empenhamento colectivo relativamente aos instrumentos de autonomia que as coisas aparecem um bocadinho desfasadas. Se perguntar a qualquer professor da nossa escola pelo o projecto educativo não sabem. Não lhe sabem dizer nada. Não sabem dizer mesmo nada. Eu próprio tenho em casa tenho dificuldade em fazer alguns enquadramentos específicos. Porque eu facilmente me enquadro naquilo tudo é tão lato. Tão a vontade para ser utilizado em qualquer escola que se o quiser fazer, imaginando os meus objectivos, definir os meus objectivos para a avaliação como professor para o ano eu facilmente enquadro os meus objectivos naquele projecto educativo. Mas como objectivo desta escola não transparece.

**Entrevistador:** Voltando um pouco atrás na negociação da DREN quem estava presente era a directora regional, ou havia mais alguém, alguém do ministério a acompanhar?

**Entrevistado:** O professor João Formosinho.

**Entrevistador:** E qual foi a intervenção nesse processo?

**Entrevistado:** Aquilo foi um pouco surrealista porque as facilidades eram enormes nos quando vinham para baixo, eu e os meus colegas. Eu e a presidente de conselho executivo mais outro membro do conselho executivo e o tal professor de biologia que esteve na base de alguns dos documentos da escola, vínhamos um bocado estupefactos a olhar uns para os outros. E a presidente do conselho pedagógico também foi éramos uns 5 ou 7 vínhamos um bocado.... Seria verdade aquilo que nós quase odiamos pegar nos professores mais antigos da

casa e manda-los para a reforma e substitui-los por novos. Para ver ao que ponto é que isto chegou, e nós dizíamos: - isto assim as nossas responsabilidades aumentam mas também dá-nos a possibilidade e assim sim. E foi a partir daí que nós pensámos na bolsa de professores. Então se nos sabemos que o inglês é cancro que a matemática é difícil e a física química é complicada, se temos estágios nessas áreas se sabemos de estagiários que perfeitos que passaram por mim, que encaixam às mil maravilhas na nossa escola. Só temos é que pedir aos orientadores de estágio: quem são? Onde estão? Sacamos 5,9,10 e temos a certeza que com objectivos definidos. Nós já nessa altura tínhamos critérios de avaliação definidos por nós, critérios de avaliação definidos, contrato de objectivos, com condições de trabalho... aquilo dava-nos a possibilidade de pensar tudo.

**Entrevistador:** Aquilo foi dito a todas as escolas. Ou a uma de cada vez?

**Entrevistado:** Não sei. Foi dito à minha escola. Não sei o que foi dito às outras. Tivemos uma hora e tal à espera que a outra escola acabasse. Depois de almoço até por volta das 6 para depois apanharmos o comboio para vir para baixo. Portanto aquilo era tudo numa facilidade grande, sobretudo por parte da senhora directora regional do norte, não do professor João Formosinho sempre teve um papel bastante equilibrado no meio daquilo tudo. Mas nós ficamos mesmo com aquela convicção que tudo era possível a partir da altura em que podemos entrar neste esquema de escolha dos professores? As responsabilidades podem ser grandes. Nós podemos ainda dali fazer alguma escolha específica com trabalho objectivo. Nós podemos pôr os professores a fazer junto dos professores do quadro da escola mais eficazes. Que à partida temos mais confiança para podermos ter um projecto para três anos como deve de ser. E é mês e tal depois que somos chamados à direcção regional: Eh! Não é nada disso.. muito pelo contrário e quando fomos de férias em Agosto já íamos com a ideia que não podia ser nada assim. E quando recebemos os números novos e aí ficamos mais convencidos: autonomia sim mas devagar é só para treino agora.

**Entrevistador:** Essa reunião foi em Janeiro 2007?

**Entrevistado:** Não, foi já no 2 período. No fim do 2º período. Deve ter sido no fim de Abril, Março, Abril, esta reunião no Porto.

**Entrevistador:** Falou-se só dos recursos humanos ou também financeiros que o contrato poderia...?

**Entrevistado:** A nível de autonomia financeira nunca foi nada definido. A única coisa que sempre nos disseram. Sei lá, nós dizíamos que queríamos aqui painéis solares, muito bem, contratem com a EDP, nunca era um compromisso do ministério. Uma lógica, nós também não podemos começar a pensar demasiado alto, embora, agora vá sair legislação, no sentido, parece, que as habitações novas terem os painéis solares, e as outras que não têm ser obrigatório pôr. Mas pronto era uma das situações que era colocada, a nível de outras iniciativas nem tanto.

**Entrevistador:** Em Setembro é assinado o contrato. Como decorreu a cerimónia? Como são apresentados e caracterizados, os contratos pelo ministério?

**Entrevistado:** Foi muito bonito. Digamos que, não houve praticamente intervenção das escolas. As escolas limitaram-se a ir lá a assinar, almoçar e ficou acabou por ali. A intervenção da senhora ministra, foi no sentido de mostrar a bondade do processo. Ver as vantagens que isso iria ter. de ver o alargamento que ira ser feito. Penso que esteve bem, porque o projecto piloto é sempre uma coisa que se deve anteceder a uma generalização de tomas de posição. Coisa que não aconteceu agora com a avaliação de professores. É claro que nós sabemos que muitas vezes, as coisas depois quando alargam, não têm a mesma repercussão e dimensão que têm no projecto piloto, porque há partida um piloto é pessoas que se voluntariaram para o processo. E os outros começam a ser mais ou menos obrigados entre aspas. Esta segunda fase ainda não, mas as próximas, já vai ser quer queiram quer não têm que ter avaliação externa e portanto digamos, o objectivo é bom, a intervenção foi nesse sentido e foi correcta. A intervenção do senhor primeiro ministro mais foi no sentido mais amplo de enquadrar este processo piloto com outras medidas que entretanto formaram saído: novo sistema de gestão, novo estatuto do aluno, e a avaliação dos professor. Tudo enquadrado de reformulação do sistema educativo português a nível da relação da titula com das escolas. Foi muito nesse sentido que decorreu aquilo e como lhe digo, nós só fomos chamados para fazer a assinatura. Nem era o documento que nós pensávamos que lá estava deram-no a fotocópia do que lá estava no final e voltamos para casa.

**Entrevistador:** Agora em relação ao acompanhamento? Do contrato de autonomia? Como é que foram designados os representantes de acompanhamento local?

**Entrevistado:** Está formada é assim nós estávamos convencidos que até Dezembro tínhamos a comissão a funcionar e era importante porque por muito que nós não queiramos dentro das escolas, não há qualquer coisa não digo que pressione, mas que chame a atenção. Há a tendência para não ligar muito aos problemas. Anda por cima como a assembleia que reúne 4 vezes por ano. É de facto, uma estrutura quase decorativa se não tiver muito alerta, para as situações da escola. E Portanto nós fizemos a reunião em Setembro para a aprovação do contrato e depois só fizemos no final do primeiro período principio do segundo, para a analise da avaliação interna da escola dos resultados dos alunos do primeiro período e nessa altura ainda não estava nada formado a nível da comissão de acompanhamento. Veio um documento referindo que tinha sido designado o membro da autarquia. O professor da escola António Arroio e que iriam dar as indicações em breve *tranche*. Passou-se o carnaval foi cedo este ano. Entretanto voltaram a indicar-nos os membros que estavam em falta. O da direcção regional não indicaram e que iria se indicado na primeira reunião que nós fizéssemos. Deram-se a indicação da personalidade de reconhecido mérito que no nosso acaso foi a Dra Maria Delfino que se tinha acabado de reformar da inspecção geral de educação. Da parte da escola nós já tínhamos indicado a presidente da associação de pais, eu próprio, a presidente do conselho executivo e portanto já estamos 6. Não é?

**Entrevistador:** Falta da direcção regional.

**Entrevistado:** Da direcção regional nós depois entretanto tivemos uma reunião, eu e a presidente e a D. Delfina Vasconcelos fizemos uma reunião prévia para vermos como poderia desenvolver-se este órgão. Já sabíamos *do timing* da reunião na direcção regional de Lisboa da

primeira reunião pensamos numa hipótese de regimento do órgão, ficamos por alguma calendarização até ao final do ano e iniciativas a levar acabo. E depois fomos chamados efectivamente para uma reunião onde nos foi indicada o membro da Direcção regional que iria funcionar connosco.

**Entrevistador:** Isso foi quando?

**Entrevistado:** Por Março, Abril . Portanto nessa altura fizemos uma reunião lá, posteriormente já fizemos uma reunião aqui na escola, onde já estiveram presentes todos os membros. Foi na altura que conhecemos o senhor presidente da autarquia e portanto, do conselho municipal de educação e portanto fizemos nessa altura a primeira reunião. Aprovamos na altura o regimento e marcamos uma outra reunião que será de amanhã a quinze dias dia 15 de Julho, onde vamos tentar fazer alguma síntese dos resultados da avaliação interna externa da escola que devem estar a sair nesta altura. Vamos ter reuniões de conselho de turma nesta altura, a reunião de assembleia dia 14. A reunião deste órgão dia quinze para tentar ultimar um documento.

**Entrevistador:** Um relatório?

**Entrevistado:** Exactamente um documento no sentido de vermos o que a escola conseguiu neste primeiro ano de autonomia. Não que a comissão de acompanhamento tenha acompanhado o que quer que fosse foi mais um espectador final . Quer dizer já não temos. Melhor como observador estou eu e a presidente do conselho executivo,. Há 4 os elementos que foram designados pelo conselho executivo para fazerem a avaliação interna da escola. Acabaram agora de fazer um inquérito há comunidade escolar, alunos, professores e funcionários relativamente aos funcionamento das estruturas da escola . Está agora a ser tratado. Eu sei que está a ser tratado. De modo que vai estar pronto, os resultados do inquérito no final da semana. De modo que ainda dá tempo, na última reunião da assembleia. Que assembleia também acaba vai ser substituída pelo conselho geral transitório que também já está eleito. E portanto na última reunião de assembleia vamos debater também este documento de avaliação interna.

**Entrevistador:** Vai ser esse grupo de auto avaliação que vai ser responsabilidade para elaborar o tal relatório?

**Entrevistado:** Eu penso que sim, penso que deverá sair desse grupo grande parte do relatório da auto avaliação. Não quer dizer que não haja contributos da comissão de acompanhamento local. Mas como fizemos apenas duas reuniões... quer dizer é como digo é muito curto. Alíás nós no regimento do órgão vamos manter aquilo que nos foi indicado pela direcção regional. A direcção regional só prevê 3 reuniões e dá as datas. 3 reuniões anuais. Nós previmos que o órgão poderá funcionar também em secção com alguma acompanhamento mais constante, mais mensal para não ficar tão distrito aos resultados finais do 1º,2º,e3º período. Termos outros tipo de analise que deve ser feita na avaliação interna numa escola e não só....

**Entrevistador:** Em relação ao facto do relatório ter de ser publicitado na comunicação social. O que é que a escola pensa. Acerca?

**Entrevistado:** O relatório...O relatório diz o despacho que ao mesmo tempo que tem que ser enviado para a DREL tem que ser publicitado num órgão de comunicação social juntamente com o parecer da comissão.

Aí está uma coisa... Mas na minha perspectiva não altera absolutamente nada. Não altera nada. A transparência é única maneira de resolver situações. Não altera nada. Não estou a ver. Não acredito que acha alterações no que diga respeito às indicações que devemos dar ou a que conclusões a que queiramos chegar, alguma distorção ou enviesamos por ser publicitado. Não sabia, por acaso está-me a chamar a atenção para uma coisa que eu tenho que ir ver o que está legislado ou o que saiu como indicações relativamente a isso. Mas acho muito bem, até acho que se usa muito pouco as paginas das escolas e a internet para prorrogação daquilo que se vai fazendo dentro da escola. Inclusive até ainda não está na página da escola o contrato de autonomia. Uma coisa que na minha perspectiva é impensável. Como é que na pagina da escola não está o contrato de autonomia? Qualquer pessoa tem o direito ou obrigação de ir ver, quanto mais não seja para ir ver quais a metas que nós nos propusemos o que nós devemos fazer, o que o ministério nos dá ou pelo menos o que nos promete. Onde depois podemos sacar as responsabilidades se não cumprir. É daquelas coisas básicas. O projecto educativo de escola não está na página da escola. Nem nesta, nem em muitas outras escolas. Um professor que queira fazer algum *teites market*, qualquer tipo de acompanhamento comparação com outras escolas vê-se a papas de aranha. Porque não é fácil ter acesso a diversos documentos internos dos diversos agrupamentos de escola e de escolas individuais. E é pena, porque isto só vai lá com muita troca de ideias Muito diálogo porque senão é difícil. Fecha-se em si mesmo encasula, faz documentos para si próprio e vai reproduzindo os próprios erros que vai fazendo. Quer dizer não tem piada nenhuma.

**Entrevistador:** Para terminar. Quais as vantagens e as novas exigências ou riscos para as escolas com os contratos de autonomia.

**Entrevistado:** Bom isto é assim, é tudo uma questão da forma como se olha para as coisas. Se a forma de olhar como um desafio. Como um bom desafio, que há melhoria da intervenção da escola publica óptimo. Se for uma forma de alcançar objectivos a tudo o custo isto pode trazer muitas distorções. Tal como pode trazer muitas distorções a avaliação dos professores, em função dos resultados dos alunos. Quer dizer, a avaliação dos professores, das escolas ou qualquer avaliação é em si próprio boa, considerando as vantagens que isso pode trazer. Qualquer pessoa que sinta qualquer pressão avaliativa é do melhor, agora se são os resultados que melhoram apesar da pessoa de uma forma adulterada. Eu digo uma coisa, eu estou com medo, eu fui a semana passada às pautas, e antes da comissão de autoavaliação da escola fazer... me enviar dados, que eu ainda não tenho nenhum. Fiz o meu próprio estudo, fiz um estudo rápido, de uma hora e fiquei extremamente surpreendido. De repente a minha escola que tem índices de insucesso perto dos 72,73 % no 7º ano, andava-se com 28 % de negativas 30%, quando a media nacional andava nos 19, 20 e no 8º e no 9º. Aparece -me com 13%,14%; o 8º ano 12% e 9º ano 16%, 17%.. O 10º que normalmente é fiti-fiti, anda ali 55% passa 45% chumba mais ou menos. Este ano anda ali quase dados de 70% de sucesso. A escola de repente... e não teve nada a haver com exames, são dados internos, ainda não saíram os resultados do 9º ano, mas não vai alterar nada. Como é que os alunos comecem a apanhar

uns, vão passar mesmo que tenham 2 a matemática e português, portanto não vai alterar nada, os dados finais do 9 ano. O que se passou este ano? Para de repente nós baixarmos? Não é nada dos 3 ou 4 % que nós contratualizamos com o ministério. Foi muitíssimo mais do que isso. De tal forma que eu fiquei totalmente surpreendido. Eu olhei para aqueles dados e vou apresentá-los agora na próxima reunião da assembleia e eventualmente com outros que a comissão de auto avaliação me vai apresentar e aliás vamos apresentar um gabinete de avaliação, melhor um gabinete para a qualidade, controle de qualidade, auto avaliação.. uma coisa assim. Um gabinete novo com mais uma ou duas pessoas, uma coisa assim, a esse nível portanto com mais aprofundamento dos dados e com outros campos de intervenção e acção. Fiquei, será que se corre este risco? As pessoas com algum receito, de algumas avaliações sequenciais escola, interna externa muito controlado. Que as pessoas de repente começaram a dar notas. Quando digo dar é “dar” será?. Não posso extrapolar nada, ainda está tudo muito fresco. Foi na semana passada que eu vi estes dados. Se é assim é pena. Se foi de facto resultante destes planos da matemática, da leitura e de algum melhoramento que entretanto foi feito isso era óptimo. Porque nós sabemos que há efectivamente algumas disciplinas que contribuem mais do que outras para o insucesso de certos alunos e nós sabemos também que há mecanismos a nível da avaliação que podem possibilitar mais ou menos meabilidade na passagem dos alunos considerando o ciclo, mas até houve poucas alíneas. A tal alínea que diz que o aluno pode passar com mais de 3 disciplinas negativas se o conselho pedagógico, conselho de turma ...,mas há 3 ou 4% de alunos nessas condições. De resto foram mesmo alunos que obtiveram notas para passar, o que me deixaram completamente surpreendido. Eu tenho isso em gráfico e quando olho para o gráfico de repente fica a olhar para esta linha azul este ano e pergunta: o que é que se passou? Não sei.

**Entrevistador:** E para o ministério, para a direcção regional a existência dos contratos com as escolas? Haverá vantagem? O que pode representar?

**Entrevistado:** Eu sou defensor da autonomia. Acho que as escolas já são crescidinhas, pessoas são dos sítios do país com mais massa cinzenta, quer dizer nós numa escola temos, 140 professores licenciados. 140 licenciados. Qual é a empresa com esta dimensão, que tem 140 licenciados a funcionar? Têm que ter massa crítica. Têm que ter pessoas com capacidade de pensar o que é melhor neste contexto. O problema é que as pessoas exigem muita autonomia mas depois quando alguma autonomia lhe é dada dizem que querem directivas. E veja-se este caso da avaliação dos professores. Veio dizer que os professores não são capazes de avaliarem professores? Não são capazes? Não quer dizer que não haja muita formação. E muita. Muita todos os anos e muita agora dizer que à priori professores não conseguem avaliar professores. Há estagiários. Há professores que avaliam regularmente professores. A avaliação de professores é feita diariamente. Eu quando o meu filho for para determinada escola há professore que eu quero que ele tenha e outros que eu não quero, estou logo a avaliar professores. E dizerem que deve ser feita pela inspecção, avaliação externa? Para evitar compadrios. Há certas coisas que ultrapassam e que tem a ver com desconfianças, com algumas perspectivas truncadas e que fazem com que as pequenas autonomias que as escolas já tem e que depois não as assumem.

A escola ou tem competência para resolver... a escola está com vontade de chegar a boa conclusão mas há sempre alguém que diz: manda lá um fax, qualquer coisa escrita que venha lá do ministério do director regional que acaba por inundar os serviços os serviços centrais de papeis que depois eles dizem mas vocês podem fazer isso não nos precisam de pedir autorização nenhuma. Mas há muito ainda esse sentimento, que tão antigo como a republica portuguesa que tem haver com o patrocino do estado eu penso que é um bom caminho e que irá ser aprofundado no futuro.

**Entrevistador:** Muito obrigado